

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.059 - SC (2020/0259032-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : WALTER DA LUZ
ADVOGADO : BERNARDO CORRÊA DE SOUSA PESSI - SC039362
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : JORGE DE SOUZA
INTERES. : REALDO SILVA CARDOSO
INTERES. : GE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por WALTER DA LUZ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA DECORRENTE DE ATO ATENTATÓRIO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM FACE DE EXSECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E OUTROS SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE QUE NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA POR MEIO DE SUAS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS FAVORECEU A EMPRESA DEMANDADA AO DEFLAGRAR A ORDEM PARA QUE OS FISCAIS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA SOB SUA SUBORDINAÇÃO PROMOVESSEM A DESINTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE PROPRIEDADE DA PESSOA JURÍDICA DEMANDADA SEM SOLICITAÇÃO FORMAL DESSA TAMPOUCO APRESENTAÇÃO DE ALVARÁ MESMO APÓS SEREM CONSTATADAS DIVERSAS IRREGULARIDADES CLARA AFRONTA AOS DEVERES DE HONESTIDADE IMPARCIALIDADE LEGALIDADE E LEALDADE EXEGESE DO ART 11 *CAPUT* DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS E CONDENOU O DEMANDADO PESSOA FÍSICA A SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS POR 3 (TRÊS) ANOS E AO PAGAMENTO DE MULTA CIVIL NO

VALOR DE 10 (DEZ) REMUNERAÇÕES RECEBIDAS AO TEMPO DOS FATOS QUANDO EXERCIA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS BEM COMO PROIBIU A EMPRESA DEMANDADA DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU RECEBER BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS PELO PRAZO DE 3 (TRÊS) ANOS (1) INSURGÊNCIA DO DEMANDADO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE AO TEMPO DOS FATOS (A) ALEGAÇÃO DE ATO QUE A CONDUTA CARACTERIZOU DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PORQUANTO AGIU NO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL TESE AFASTADA ELEMENTOS FÁTICOS PROBATÓRIOS QUE EVIDENCIAM A VONTADE CONSCIENTE DO DEMANDADO À ÉPOCA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS DE UTILIZAR-SE DE SUAS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS PARA FAVORECER ILICITAMENTE A PESSOA JURÍDICA DEMANDADA AO ORDENAR AOS FISCAIS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA SOB SUA SUBORDINAÇÃO E MEDIANTE COAÇÃO QUE PROMOVESSEM A DESINTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE PROPRIEDADE DESSA SEM REQUERIMENTO FORMAL TAMPOUCO APRESENTAÇÃO DE ALVARÁ MESMO DIANTE DA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS PELA PRÓPRIA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL QUE NITIDAMENTE REPRESENTAVAM RISCO À SAÚDE PÚBLICA ADEMAIS GESTOR PÚBLICO DA PASTA DA SAÚDE QUE TEM O DEVER DE PAUTAR SUA ATUAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS DE GARANTIA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO FUNDAMENTAL DA SAÚDE DIREITO SOCIAL PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART 196 CF88) CONDUTA ÍMPROBA CONFIGURADA SENTENÇA MANTIDA NO PONTO (8) PLEITO SUBSIDIÁRIO DE REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA CIVIL ARBITRADA EM PRIMEIRO GRAU TESE ACOLHIDA REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA CIVIL DE 10 (DEZ) VEZES O VALOR DA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO DEMANDADO AO TEMPO DOS FATOS COMO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS PARA MONTANTE EQUIVALENTE A 3 (TRÊS) VEZES O VALOR DA REFERIDA REMUNERAÇÃO DA ÍMPROBA QUE SUBVERTEU OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TODAVIA SEM EVIDÊNCIAS DE CONSUMAÇÃO DE LESÃO AO

PATRIMÔNIO PÚBLICO E/OU VANTAGEM PATRIMONIAL DECORRENTE DOS FATOS RELATADOS NA INICIAL MONTANTE QUE SE REVELA CONDIZENTE COM O GRAU DE REPROVAÇÃO GRAVIDADE DA OFENSA AO INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DA CONDUTA PRATICADA PRECEDENTES 2) REEXAME NECESSÁRIO SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA NÃO É REMETIDA PARA REEXAME ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE POSSUEM RITO PRÓPRIO DISCIPLINADO NA LEI AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA REANÁLISE OBRIGATÓRIA INAPLICABILIDADE ANALÓGICA DO ART 19 DA LEI FEDERAL N 4717/65 SENTENÇA NÃO SUJEITA AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO OBRIGATÓRIO COMO CONDIÇÃO DE SUA EFICÁCIA RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO DEMANDADO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO TÃO SOMENTE PARA REDUZIR O VALOR DA MULTA CIVIL APLICADA DE 10 (DEZ) PARA 3 (TRÊS) VEZES O VALOR DA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO DEMANDADO AO TEMPO DOS FATOS SECRETÁRIO FLORIANÓPOLIS MUNICIPAL DE SAÚDE REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO.

Alega a ocorrência de divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e julgados de outros tribunais do país. Afirma que o ato praticado pelo ora recorrente não constituiu ato de improbidade administrativa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp

Superior Tribunal de Justiça

1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente